

FERNANDES, João Luís Jesus (2008); “A desterritorialização como factor de insegurança e crise social no mundo contemporâneo”, in *I Jornadas Internacionais de Estudos sobre Questões Sociais*; AGIR – Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-Cultural; Póvoa de Varzim (pp.423-447). ISBN: 978-989-8170-03-3

A desterritorialização como factor de insegurança e crise social no mundo contemporâneo¹

João Luís Jesus Fernandes

Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território
Departamento de Geografia
Universidade de Coimbra

Resumo

De uma forma geral, é comum associar a palavra desterritorialização a uma época de esplendor tecnológico que, por via da compressão do espaço-tempo, afastaria a sociedade de qualquer constrangimento espacial e de qualquer limitação imposta pela localização. Neste sentido, a desterritorialização estaria ligada ao fim da Geografia, um mito entretanto desmentido pela realidade.

Noutra leitura, a desterritorialização refere-se não à perda do sentido territorial das sociedades mas sim, seguindo Rogério Haesbaert (2004), à forma como um grupo ou indivíduo perde poder, controle e acesso ao respectivo território.

Seguindo esta leitura, o conceito de desterritorialização é um factor de insegurança, coarctando a dinâmica de desenvolvimento, entendido este enquanto sinónimo de segurança ampla dado pelo PNUD, no Relatório de Desenvolvimento Humano de 1994. Por isso, a desterritorialização está associada aos principais problemas de não desenvolvimento, desigualdade, insegurança e crise social do mundo contemporâneo.

Os refugiados políticos; os deslocados ambientais; os nómadas que, por imposição, se sedentizam; os autóctones de regiões que, com iniciativas alógenas de desenvolvimento, como a construção de barragens, projectos turísticos ou a exploração de recursos naturais, perdem controlo sobre o espaço geográfico, são casos particulares. A desterritorialização ocorre ainda em contextos como a violência urbana ou a discriminação racial (as geografias do apartheid, na África do Sul, foi um exemplo, os guetos judaicos da Segunda Guerra mundial outro). Por tudo isto se conclui que a Geografia e os geógrafos podem ser peças fundamentais para a compreensão activa e correctiva do mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Desterritorialização-Exclusão-Insegurança-Desigualdade

¹ Este artigo, entretanto editado em CD-ROM que reproduz as actas deste encontro, reflecte a comunicação apresentada nas *I Jornadas Internacionais de Estudos sobre Questões Sociais*, realizadas na Unidade de Ponte de Lima da Universidade Fernando Pessoa, com organização da AGIR – Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-Cultural.

Abstract

Deterritorialization as a factor of insecurity and social crises in contemporary world

Generally, deterritorialization is connected to an extreme technological time-space compression and a subsequent non-territorial society, i.e. a truly geographical independent and free social order. However, this territorial irrelevance, close to the end of Geography as a significant scientific field, seems to be a merely not confirmed myth (by reality).

In another point of view, as reported by Rogério Haesbaert (2004), deterritorialization must be seen as a process of territorial vulnerability. In certain circumstances, people and communities have lost power, control and access to their own territories. Following this perspective, deterritorialization is a driven force to a certain degree of insecurity, an obstacle to sustainable development dynamics and a reason of inequality, unfairness and social crises in our contemporary world. Political refugees; environmentally evicted people; former nomadic populations who, as a result of an imposition, settle their everyday lives in a confined place; local people who lost their territories after the construction of a dam, the development of a heavy, bounded and blocked touristic project or the exploitation of a natural resource, are testimonies of those deterritorialization threats. This territorial vulnerability can also be subsequent to urban violence contexts or after social-political circumstances such as the former particular geographies of Apartheid, in South Africa, or the Jewish ghettos built during the Second World War. In any case, this article argues that Geography and geographers ought to be key actors in the understanding of this very unbalanced world and dynamic agents in the required application of profitable corrective actions.

Key-words: Deterritorialization -Insecurity-Inequality

Résumé

La déterritorialisation comme une raison d'insécurité et crise sociale dans le monde contemporain

La déterritorialisation est un processus, en général, lié à la compression spatio-temporel et aux sociétés libérées de la force de résistance de la localisation et de l'espace géographique. Néanmoins, ce mythe, limitrophe à la fin de la Géographie comme science, n'est pas confirmé pour la réalité territoriale du monde contemporain.

Selon Rogério Haesbaert (2004), la déterritorialisation signifie un changement géographique vers la vulnérabilité territoriale d'une population ou d'une personne qui, en certaines conjonctures, sont dépossédées du contrôle de leurs territoires personnels. Cette perspective considère la déterritorialisation comme un facteur d'insécurité, un obstacle pour le développement et une cause d'injustice et crise sociale dans le monde actuel. Réfugiés politiques; disloqués environnementales; populations nomades forcées à une sédentarisation artificielle; populations affectées pour la construction d'un barrage, d'un projet touristique fermé et non perméable à la société locale or la exploitation d'un quelque ressource naturelle, ce sont des

exemples évidents de cette déterritorialisation. La violence urbaine et ses effets dans la fragmentation de l'espace; la géographie spécifique de l'Apartheid, un système de ségrégation spatiale et raciale, qui a eu lieu en Afrique du Sud, et les guêtes de juifs de la II Guerre Mondiale sont aussi des exemples de déterritorialisation. Ce texte confirme la Géographie et les géographes comme des acteurs importants pour la compréhension et l'actuation sur ce monde asymétrique et en ébullition.

Mots-clés: déterritorialisation- Insécurité- Inégalité

A desterritorialização: conceito e dinâmicas espaciais

As transformações tecnológicas no domínio das comunicações, o consequente estreitamento das distâncias e a paralela reconfiguração do espaço, vieram reforçar a reflexão em torno do conceito de 'desterritorialização', há muito debatido nas ciências sociais e humanas (BADIE, 1995; DELEUZE e GUATTARI, 1972 e 1991; GUATTARI e ROLNIK, 1996; IANNI, 1992). Nessa discussão, a palavra tem assumido vários significados. O mais recente, oriundo do campo filosófico, mas também da Economia, atribui à desterritorialização o significado de desmaterialização física e geográfica dos processos sociais. As novas tecnologias aplicadas aos transportes e aos meios de comunicação estreitaram as distâncias e desvalorizaram o papel dos dois principais elementos da Geografia: as distâncias e a localização. Sem este efeito de atrito espacial e com uma aparente desvalorização das ciências da localização, as actividades económicas, mas também os processos de natureza social e cultural, ficariam livres do efeito de atrito do espaço geográfico e criariam um mundo plano (FRIEDMAN, 2005). A partir dessa inovação tecnológica, o factor localização deixaria de ser distintivo e, por si só, não impediria, nem impulsionaria qualquer dinâmica de desenvolvimento (BADIE, 1995; O'BRIEN, 1992; FRIEDMAN, 2000). Essa indiferença seria compensada pela maior ou menor conectividade ao espaço topológico arquitectado a partir dos canais e dos meios de transmissão rápida da informação e de outros fluxos, materiais e imateriais. Esta sociedade de informação viveria o esplendor das potencialidades tecnológicas ilimitadas, ao mesmo tempo que se veria arrancada do espaço numa perda de território material apenas reparada pelos territórios virtuais de uma '*Cybergeografia*' em crescimento (VIRILIO, 1993 e 2000).

Ora, a realidade empírica, não negando a importância estratégica desse espaço topológico, mostra que os parâmetros espaciais dominantes no passado anterior à sociedade de informação não perderam actualidade. Pelo contrário, a territorialidade das populações articula-se agora nestes dois domínios. A Geografia, pelos seus

instrumentos de análise espacial e pelo enfoque especial sobre os processos e as dinâmicas socio-económicas, políticas e culturais, ocupa uma especial posição para reflectir esta realidade e clarificar o debate. Um dos mais significativos contributos para essa clarificação foi dado pelo geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2004). Como forma de aproximação à realidade empírica, este debate ganha novo sentido se se começar por ajustar o conceito de desterritorialização. Esta não expressa a desmaterialização ou a ‘des-espacialização’ das sociedades contemporâneas. Os processos de desterritorialização, seguindo Haesbaert (2004), correspondem a uma perda de referências espaciais (mas não a uma perda de espaço) e a um processo de desenraizamento involuntário, à perda de autonomia e liberdade na apropriação simbólica e funcional do espaço geográfico e conseqüente crise social e psicológica com desajustes de afirmação identitária e económica. Para este geógrafo (2004, p.312), o conceito de desterritorialização deve ser aplicado a *“fenómenos de efectiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de facto impossibilitados de construir e exercer efectivo controle sobre os seus territórios, seja no sentido de dominação político-económica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural”*.

Acompanhando este raciocínio, que coloca o enfoque mais na dimensão dos problemas colectivos e/ou individuais de desenvolvimento e afirmação para o bem-estar, e menos nas teses redutoras e radicais da supressão simples do espaço, a desterritorialização não constitui uma novidade do mundo contemporâneo. Esta perda de controlo dos espaços simbólicos e/ou económicos e posterior condicionamento das territorialidades de grupos e/ou indivíduos, ocorreu em diferentes momentos e contextos histórico-geográficos.

Sob o ponto de vista geográfico, a desterritorialização será então um processo (muitas vezes violento e quase sempre involuntário) de ‘privação de território’, perda de controlo e domínio das territorialidades pessoais e/ou colectivas, isto é, redução evidente do acesso: aos lugares económicos e simbólicos, aos recursos, à habitação, a outros lugares que constituam eixos estruturantes da identidade e da territorialidade de cada grupo ou indivíduo. Este debate, que coloca a desterritorialização dentro da Geografia, constitui uma referência na leitura histórica e contemporânea dos principais constrangimentos e factores de supressão do desenvolvimento e da qualidade de vida das populações.

Seguindo o conceito de Amartya Sen (2003), de *Desenvolvimento como Liberdade*, esse processo de desterritorialização será um factor de retrocesso e um bloqueio ao progresso, dada a sua correspondência com a redução das liberdades na óptica espacial dos acessos, das mobilidades, das apropriações do espaço geográfico e, com essas, da construção de territórios.

Este conceito renovado de desterritorialização será também, seguindo a tese de Haesbaert (2004), uma forma de agressividade aos sentimentos topofílicos, aqui entendidos na perspectiva de Yi Fu Tuan (1980), como a necessidade de território e de ligação afectiva a um espaço, aberto ou fechado, mais ou menos mutável mas, ainda assim, que confira o sentido ontológico de casa num mundo em permanente devir.

Trata-se de um factor de insegurança, uma agressão e um retrocesso no valor da *segurança ontológica*, de Anthony Giddens (1991) – perde-se o território ou, pelo menos, o controlo sobre a apropriação do espaço geográfico, numa cadeia sistémica de acontecimentos que leva ao aumento da vulnerabilidade. Para Giddens (1991, p.82), “*A lifestyle involves a cluster of habitats and orientations, and hence has a certain unity – important to a continuing sense of ontological security*”. A desterritorialização, como processo de afastamento individual ou colectivo aos habitats pessoais (que aqui se adjectiva por *Síndrome Kampusch*), é também, por isso, um factor de agressividade, por via da quebra desse sentimento de segurança ontológica². Esta perda de segurança constitui também, numa outra perspectiva, um retrocesso na desejável dinâmica de *empowerment* das populações (FRIEDMANN, 1997).

Esta linha de reflexão constitui também um forte contributo para as ciências do desenvolvimento. Como se demonstrará ao longo deste texto, há razões para considerar a desterritorialização como um factor de bloqueio ao progresso, de insegurança em sentido amplo, tal como a entende o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1994), e conseqüente crise social. Por tudo isso, a desterritorialização é um conceito central na Geografia do Desenvolvimento,

² *Síndrome Kampusch*, a partir do isolamento forçado de Natascha Kampusch na cave de uma residência em Viena, entre 2 de Março de 1988 e 23 de Agosto de 2006 (HALL e LEIDIG, 2007).

sobretudo pela forma e pelo grau com que aumenta a vulnerabilidade das populações.³

Nesta óptica, os processos de desterritorialização estão a jusante de um conjunto de factores que, ao longo da História das sociedades humanas, se têm vindo a manifestar: fenómenos novos, alguns casos; que se prolongaram no tempo, noutros; que desapareceram, nalguns casos particulares; ou que recrudesceram.

A desterritorialização pode resultar de situações agudas, de violência rápida (também esta aqui entendida no sentido amplo), mas também de problemas lentos com efeitos directos ou indirectos no longo prazo. Todos estes casos, aqui apenas enunciados, merecem uma análise particular, dado o seu efeito na qualidade de vida das populações e nas dinâmicas de desenvolvimento.

Um dos acontecimentos mais importantes tem sido a guerra. A violência, as perseguições, as barreiras levantadas à circulação, os atentados à propriedade privada, as prisões e a supressão das liberdades, constituem exemplos flagrantes e graves de processos agudos de desterritorialização. Não constituindo uma novidade, a História foi-se construindo por uma sucessão de conflitos de escalas geográficas e intensidades muito diversificadas, também na contemporaneidade esse fenómeno é uma realidade estigmatizante, à qual há que acrescentar, a todas as consequências conhecidas, os prejuízos directos nas territorialidades das populações.

Muitas crises políticas de sucessão, disputas ideológicas ou conflitos étnicos provocaram exílios forçados e manifestaram-se sob o ponto de vista espacial em lugares como campos prisionais para onde foram (e são) remetidas personalidades individuais ou grupos populacionais em estados extremos de limitação territorial. Em determinados regimes políticos, a circulação das populações foi mesmo reduzida e controlada dentro das próprias fronteiras políticas. O papel fragmentador quer das fronteiras políticas que separam os Estados-Nação, quer das fronteiras internas apenas passíveis de serem transpostas com passaportes de circulação regional, encontram-se entre alguns dos mais fortes condicionadores das territorialidades humanas, facto que, nalguns casos, pode estar na origem de processos de desterritorialização. Isso ocorre sobretudo quando essas fronteiras são destacadas no espaço por muros não apenas políticos mas também físicos.

³ O *Relatório de Desenvolvimento Humano* de 1994, no capítulo 2 (intitulado, no original, “*New Dimensions of Human Security*”), apresenta a segurança como um conceito amplo, que integra a Segurança Económica; a Segurança Alimentar; a Segurança na Saúde; a Segurança Ambiental; a Segurança Individual; a Segurança Colectiva e a Segurança Política.

A escravatura, no passado como no presente, e o tráfico de seres humanos, têm também uma relação directa com as dinâmicas de desterritorialização. Ao conjunto de violações dos Direitos Humanos associados a estas práticas, deve juntar-se a supressão de liberdade de movimentos das vítimas e, quase sempre, o desenraizamento forçado dos seus lugares do quotidiano.

As crises agudas, com efeitos directos na desterritorialização de populações e consequente aumento da respectiva vulnerabilidade, podem também resultar da ocorrência de catástrofes naturais: uma erupção vulcânica, um tufão, uma manifestação sísmica violenta, um incêndio florestal ou outra mudança rápida e agressiva do ambiente podem desenraizar populações e provocar um consequente deficit territorial.

Ainda nesta relação entre a insegurança ambiental e os processos de desterritorialização, também a conservação da natureza, enquanto projecto (nem sempre concretizado) de simultâneo desenvolvimento das comunidades locais e de promoção dos valores ecológicos, pode resultar na desterritorialização de populações, que assim perdem acesso a recursos como a terra e a água, se afastam de lugares simbólicos e se vêem confinados a territorialidades condicionadas. Também nos ficaram da História alguns exemplos de grupos populacionais que, depois de uma colisão com novos povoadores, foram reduzidos a uma territorialidade de reservas espaciais de diferentes categorias.

A afirmação espacial dos Estados-Nação, por princípio vinculados a uma territorialidade sedentária, tem com frequência colidido com as espacialidades móveis de populações nómadas. Estas, por razões como o levantamento de barreiras físicas à circulação de gados ou a desvalorização do comércio de caravanas, por exemplo, acabam por ser forçadas ao sedentarismo compulsivo.

Os processos de desterritorialização podem também associar-se à implantação territorial, quase sempre de decisão difusionista e descendente, de projectos de desenvolvimento marcantes no que se refere aos impactos territoriais e aos efeitos directos e/ou indirectos nas populações. Um dos exemplos mais significativos tem sido a construção de barragens, uma das mais consequentes obras humanas no grau e no ritmo de transformação da paisagem e de afectação dos modos de vida das comunidades.

Estas podem ainda sofrer os efeitos directos da exploração, privada ou estatal, de recursos naturais, como o petróleo e os diamantes, por exemplo. Para assegurar o

domínio sobre esses valores e delimitar áreas de exploração, levantam-se barreiras, expropriam-se terrenos, limitam-se ou eliminam-se processos variados de apropriação desses solos pelas comunidades locais e isolam-se espaços, a partir de então defendidos por meios eficazes, como as armas de fogo.

Estes processos de desterritorialização podem ocorrer também em momentos de ruptura de paradigmas, em especial em áreas como a tecnologia e a criação de energia. No primeiro caso, são abundantes os exemplos de lugares que definharam, ou desapareceram mesmo, depois de inovações nos meios de transporte. A partir do século XIX muitas cidades expandiram-se por via do caminho-de-ferro, para mais tarde sofrerem os reveses da desvalorização do comboio face aos transportes rodoviários, por exemplo. O mesmo ocorreu relativamente a alguns lugares com portos fluviais, vítimas quer do assoreamento de rios quer da expansão de meios de comunicação como o automóvel. É certo que, nem sempre esse definhamento dos lugares foi acompanhado por processos gravosos de desterritorialização, facto que apenas estudos locais podem confirmar, mas é também verdade que esse declínio esteve quase sempre acompanhado por perda de centralidade dos lugares e consequentes crises de acessibilidade, afectando a territorialidade de populações mais vulneráveis e com menor capacidade de resiliência.

Essas quebras de mobilidade podem também ocorrer na sequência da construção de vias rápidas, rodoviárias ou mesmo ferroviárias, com consequências no confinamento de lugares, muitas vezes fragmentados por uma nova barreira intransponível. Com a construção de auto-estradas este problema é comum.

No que respeita às mudanças no paradigma energético, têm sido discutidos os cenários derivados do progressivo encarecimento do petróleo, fonte na qual assenta a actual sociedade urbano-industrial, um modelo sócio-económico ajustado a conquistas na capacidade individual de mobilidade. O menor acesso ao petróleo, ou o seu hipotético esgotamento antes de qualquer alternativa viável, colocará em causa as bases deste modelo civilizacional. Em termos espaciais, essa mudança terá consequências na redução do capital da mobilidade, com efeitos previsíveis no modelo territorial que se organizou em torno dos combustíveis baratos, alargou o espaço físico das cidades e distanciou progressivamente os lugares de emprego dos de residência (KUNSTLER, 2006). Esta redução do capital de deslocação recentrará as cidades? Desterritorializará quem se organizou em longas deslocações diárias casa-trabalho? Serão os *commuters* do século XX potenciais desterritorializados do século

XXI, incapazes de suprir as distâncias entre os empregos e as residências? Esse facto implicará novos modelos territoriais? Todas as questões se poderão agora colocar mas, numa previsível e incontornável necessidade de adaptação, nem todas as populações terão igual capacidade de resposta, abrindo-se aqui mais uma frente de potencial desterritorialização dos mais vulneráveis.

Estes processos de desterritorialização permitem já alguma sistematização conceptual, quando ao local e quanto ao movimento deste processo e dos quadros sócio-económicos e simbólicos adjacentes. No primeiro caso, como refere Haesbaert (2004), têm ocorrido quer *desterritorializações in situ*, quando essa desvinculação espacial ocorre nos próprios espaços do quotidiano, quer *desterritorializações ex situ*, nos casos em que, pelo contrário, esse desenraizamento ocorre por deslocação do indivíduo ou grupo. Esta classificação ajusta-se a uma outra, numa forte correspondência. No primeiro caso, estaremos perante processos de *desterritorialização fixos*. No segundo, de *desterritorializações em movimento*. A análise empírica mostra-nos que, na verdade, esta divisão conceptual é apenas aparente, uma vez que quase sempre se combinam entre si. Esta terminologia enquadra-se com o conceito de *aglomerado humano de exclusão*, também desenvolvido por Rogério Haesbaert (2004), enquanto lugares fixos ou unidades móveis de difícil relação com as outras dimensões do espaço, o espaço-fluxo e o espaço-rede. Segundo este autor (2004, p.313), este conceito envolve “*situações dúbias e de difícil mapeamento que não podem ser abordadas nem sob a forma de território (nem como processo claro de territorialização), no sentido de uma zona razoavelmente bem delimitada e sob o controle dos grupos que aí se reproduzem, nem no sentido de uma rede cujos fluxos são definidos e controlados pelos seus próprios produtores e usuários*”. Apesar dessa indefinição, continua Haesbaert (2004, p.313), estes aglomerados traduzem a “*dimensão geográfica ou espacial dos processos mais extremos de exclusão social*”, pelo que expressam bem a condição de “*desterritorialização*” ou de “*territorialização precária*”.

Outro exemplo de desterritorialização, os fluxos de refugiados (de acordo com o conceito expresso pela Convenção de Genebra), demonstra a associação directa entre a desvinculação territorial e a formação de aglomerados humanos de exclusão, ao mesmo tempo móveis e fixos⁴. Com efeito, a desterritorialização ocorre com a

⁴ Segundo o artigo 1 da *Convenção de Genebra*, de 1951, o termo “*refugiado*” aplica-se a qualquer pessoa que “(...) receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade,

mobilidade de exilados, muitas vezes com deslocações em massa por trajectos não controlados, inseguros e sem mais apoios que a intervenção de algumas Organizações Não Governamentais e os escassos meios do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Esta desterritorialização (ou aglomerado humano de exclusão) móvel tem levado, em muitos casos, à posterior fixação dessas comunidades em lugares (os campos de refugiados) localizados em espaços periféricos, normalmente junto a fronteiras, a uma distância mínima de segurança face ao foco de instabilidade. Estes campos apresentam quase sempre uma crise de reconhecimento institucional e, dados os contextos ambiental, social e alimentar, entre outros, são espaços de difícil reterritorialização. Esta, em muitos casos, só ocorre depois da intervenção de grupos informais extremistas, como ocorreu com o Hamas, em campos de refugiados palestinianos no Líbano.

Também as migrações económicas podem implicar um processo de desterritorialização, de quebra de referências e, no local de chegada, um mais lento processo de reterritorialização, facto que depende de cada um dos casos, mas que pode passar por uma estratégia ao mesmo tempo voluntária e involuntária de isolamento e ‘guetização’ espacial, com a reconstrução de referências espaciais que reponham as sociabilidades. Algumas das principais cidades do Arquipélago Metropolitano Mundial estão simbólica e economicamente marcadas por este processo. A estrutura em rede das maiores diásporas mundiais, como a chinesa, fica assim registada nalguns espaços urbanos. As Chinatowns simbolizam, ao mesmo tempo, a desterritorialização inicial dos imigrantes mas são também espaços de recomposição económica e simbólico-identitária, isto é, de reterritorialização.

As áreas urbanas são um cenário privilegiado de ocorrência de processos de desterritorialização. As frequentes mudanças nos cenários paisagísticos podem, por si só, contribuir para essa crise espacial, quando ocorrem a um ritmo difícil de acompanhar por determinados grupos sociais e etários. Daqui resulta desorientação, redução do capital da mobilidade, crise ontológica e de identidade. Os idosos urbanos incorrem, perante um processo de urbanização acelerado e mal ordenado, nesse risco. Na obra cinematográfica *O Meu Tio* (1958), a personagem de Jacques

filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude do dito receio, não queira pedir a protecção daquele país”.

Tati, o Sr. Hulot, é disso testemunho simbólico, numa Paris em movimento e rápida transformação pela modernidade.

As dificuldades de adaptação às mudanças que ocorrem nas cidades resultam também de factores intrínsecos ao ser humano que, desde que indevidamente acompanhados e desde que não integrados em políticas assumidas de sustentabilidade e bem-estar social, podem conduzir a dinâmicas de desterritorialização. O envelhecimento não saudável da população pode ser um desses casos, aliás já marcante em muitas sociedades ocidentais, sobretudo as que não estruturaram um sistema social de apoio atempado e eficiente. A redução da capacidade de locomoção, a perda de redes de apoio familiar, a dificuldade de acompanhamento de uma realidade geográfica em crescente aceleração e deslocalização de serviços que afasta, sob o ponto de vista geográfico, equipamentos de apoio, constituem factores de desterritorialização e de crise social em áreas urbanas.

Neste sentido, a doença, seja de natureza psíquica, seja de âmbito físico e impeditivo de mobilidades, será outro factor de desterritorialização, apenas possível de atenuar com um planeamento territorial adequado. O debate sobre a adequação das cidades às mobilidades de populações com dificuldades motoras é um dos problemas prementes a ser considerado pelo planeamento urbano. Neste ponto de vista, a desterritorialização dos peões relativamente aos automóveis constitui, num contexto de uma cidade que se apressa, um outro campo de intervenção.

A crise económica e, no extremo, o desemprego, são também processos com efeitos na potencial desterritorialização de pessoas e grupos. Perde-se poder de compra, diminui-se a acessibilidade a serviços e a lugares, reduzem-se os capitais de mobilidade e, com isso, entra-se no ciclo desterritorialização com posterior (e muito diferenciada) capacidade de reterritorialização.

Esta discussão conceptual sugere-nos agora uma viagem pela História e pelo Espaço, na senda de casos particulares, de exemplos concretos que ilustrem e esclareçam algumas das análises realizadas atrás.

Alguns exemplos concretos: uma viagem no tempo e no espaço segundo a óptica da desterritorialização

O *Gulag* soviético simboliza um dos mais fortes episódios de desterritorialização violenta. Este sistema de punição, que vigorou entre 1918 e os inícios da década de 60, correspondeu à deportação quer de inimigos políticos de Estaline, quer de autores de delitos comuns, dos seus lugares de residência e quotidiano para espaços remotos da Sibéria, da Ásia do Sul e de outros territórios soviéticos. Estas deportações seguiram uma linha ideológica de defesa do regime político mas também de miscigenação étnica para prossecução do ideal comunista. Estas mobilidades forçadas foram acompanhadas de repressão e violação de direitos humanos, o que passava pelos trabalhos forçados, com rotinas de escravatura (sobretudo na construção de estradas e vias férreas), e pelo confinamento espacial, após afastamento dessas vítimas dos seus territórios pessoais (APPLEBAUM, 2005). Esta prática, testemunhada e divulgada ao mundo pela obra de ficção realista *O Império Gulag*, de Alexander Soljenitsin (escrito em 1947 mas apenas editado no Ocidente em 1974), obrigou a mobilidades espaciais que, sobretudo na década de 40 do século XX, degredaram diferentes nacionalidades por todo o território soviético, dando origem a um complexo mosaico étnico que, depois de 1991, ano da desintegração da União Soviética, teve o seu refluxo. Este movimento de retorno afectou sobretudo as populações russas, também estas vítimas de deslocações forçadas na era estalinista, com o propósito de russificação de todo o império soviético.

Como refere o ACNUR (2000): *“A União Soviética procurou moldar os indivíduos, as populações e a sociedade à imagem da sua ideologia comunista. A transferência e a mistura de populações – voluntária ou involuntária - são medidas utilizadas para atingir um fim utópico. Dezenas de milhões de pessoas foram desenraizadas. Este movimento é ainda ampliado pelas deslocações maciças provocadas pela Segunda Guerra Mundial. As transferências forçadas orquestradas por Estaline de nações inteiras ao longo dos anos 30 e 40 constituem exemplos clássicos de ‘limpeza étnica’, muito antes da expressão ter sido inventada. Os seus sucessores continuaram a servir-se activamente dos movimentos de população em prol de objectivos políticos e económicos”*.

Ainda segundo esta instituição da Organização das Nações Unidas (ACNUR, 2000, p.195), nos anos 40 terão sido deportados (desterritorializados acrescenta-se

agora), 3 milhões e 89 mil efectivos, entre os quais se encontram, por exemplo, 362 mil chechenos (em Fevereiro de 1944), 134 mil inguches (no mesmo ano e mês) e ainda 200 meskhets (em Novembro do mesmo ano).

As desigualdades de desenvolvimento têm uma dupla face: a territorial e a social. Portugal exemplifica o modo integrado como estes dois parâmetros devem ser entendidos. A população envelhecida corresponde, no território nacional, a um dos grupos de maior vulnerabilidade social. As mobilidades espaciais a partir de meados do século XX, sobretudo no sentido rural-urbano e Portugal-Exterior, levaram a desintegrações familiares, entendendo-se aqui a família no sentido mais amplo, com correspondente afastamento intergeracional. A terciarização da população portuguesa fez-se, sobretudo, *ex-loco*, isto é, fora dos lugares de naturalidade e residência habitual. O êxodo rural interno, em direcção às duas principais áreas metropolitanas (Lisboa e Porto) e outros núcleos urbanos secundários e os fluxos emigratórios conduziram a alguns desequilíbrios familiares. Essas mobilidades ocorreram em paralelo com o envelhecimento absoluto da população portuguesa, nas áreas urbanas como nos espaços rurais, num contexto de débil afirmação do Estado Social português. Esta conjugação de factores fez dos mais idosos, muitas vezes com escassos recursos financeiros e residindo longe de familiares, um dos mais vulneráveis da Geografia Social portuguesa. Este processo de marginalização, evidente nos espaços urbanos e, dentro destes, nos centros históricos, tem uma face territorial. À medida que, com o envelhecimento, a perda de saúde e alguma deterioração económica se verificou, ocorreu também uma redução do capital de mobilidade destas populações, mais grave dado o alargamento físico das cidades e a disseminação espacial dos serviços de apoio ao quotidiano dos cidadãos. A reestruturação da geografia do comércio, com a sucessiva redução do número de pontos locais de distribuição, como pequenas mercearias, agudizou essa desterritorialização, isto é, essa perda, *in situ*, de território. A difícil gestão do património imobiliário nos centros históricos das principais cidades portuguesas e a degradação física desses núcleos apenas reforça esse processo de deficit de território de parte das populações envelhecidas a residir nos centros urbanos (*desterritorialização in situ*). Para João Ferrão, os espaços centrais de muitas cidades portuguesas têm um dinamismo social e demográfico depressivo, daí a sua adjectivação enquanto *crateras urbanas* (FERRÃO, 2003).

Maria Eduarda Ribeiro (2007) refere-se ao conceito de ‘privação’ enquanto sinónimo de incapacidade de satisfazer um conjunto de necessidades materiais, que permitam alcançar determinados aspectos básicos de bem-estar. Seguindo esta perspectiva, o conceito de privação permite observar a pobreza para além dos aspectos monetários, captando situações de carência face a uma noção mais alargada de condições de vida padrão. A perda de espaço, por via da redução do capital de mobilidade, pode aqui integrar-se. Ainda segundo este estudo, aplicado ao caso português, os idosos constituem dos grupos mais vulneráveis em termos de risco de pobreza e privação. As crateras urbanas referidas por Ferrão (2003) identificam e localizam a dimensão territorial de muitos desses problemas sociais.

Confirmando as afirmações anteriores, o Instituto Nacional de Estatística (2000, p.3), refere que *“Os idosos têm taxas de pobreza claramente superiores às do conjunto da população. A intensidade e severidade da pobreza dos agregados de idosos são mais do que duplas face aos agregados sem idosos, situando-se as receitas médias líquidas abaixo do valor estabelecido para a linha da pobreza, situação que posiciona os idosos como os mais pobres na população pobre. Apesar de diminuir a taxa de pobreza (...), os idosos pobres adquirem maior peso na população pobre total como consequência do envelhecimento demográfico. A situação de pobreza é particularmente grave para os idosos que vivem sós e para os casais de idosos”*. De facto, em 2001, os idosos portugueses apresentavam uma Taxa de Pobreza Persistente de 24%, um valor acima dos 15% da taxa geral (RODRIGUES, 2007)⁵.

Com efeito, esta categoria de desterritorialização resulta de uma conjugação depressiva entre pobreza, isolamento, indefinição do Estado Social, doença e, em muitos casos, isolamento.

A desterritorialização de comunidades locais pode ter origem em projectos de desenvolvimento de forte impacto. A construção de barragens encontra-se nesse grupo. Estas, símbolo da era tecnológica e do progresso, têm sido responsáveis por mudanças rápidas no espaço geográfico e, por esta via, alterações de fundo, quase

⁵ Ainda segundo Carlos Farinha Rodrigues (2007), a Taxa de Pobreza Persistente corresponde à proporção de pessoas com um rendimento por adulto equivalente abaixo da linha de pobreza em 2001 e em pelo menos dois dos três anos anteriores.

sempre irreversíveis, na territorialidade das populações⁶. A migração forçada de comunidades (*desterritorialização ex situ*) pode ter deslocado, segundo uma estimativa conservadora de Patrick McCully (1996), cerca de 60 milhões de efectivos humanos. Ainda segundo este autor, os rios estão, à escala global, obstruídos por mais de 40 mil grandes barragens (reservatórios com um paredão de, pelo menos, 150 metros de altura), 5 mil das quais construídas desde 1950.

Para estes valores tem contribuído, sobretudo, a Índia. Ao abrigo do Plano de Desenvolvimento do Vale de Narmada estão, construídas ou projectadas, cerca de 3200 barragens (ROY, 2001). No plano energético e de gestão hídrica, o modelo de desenvolvimento do após independência assentou nestas megaconstruções, com efeitos ainda não calculados mas que se conjectura estarem próximos dos 50 milhões de deslocados, apenas depois da independência, com consequentes perdas de solos aráveis e territórios simbólicos e económicos (ROY, 2001). Estes valores, sempre impossíveis de confirmar dada a falta de cobertura estatística, confirmam o conservadorismo dos valores avançados por McCully relativamente ao total de deslocados por estes empreendimentos.

Mais recentemente, têm-se discutido os efeitos da Barragem das Três Gargantas, construída no rio Yangtze, na Província chinesa de Hubei. Este reservatório vai submergindo núcleos de povoamento, espaços económicos, territórios simbólicos sob o ponto de vista religioso e vestígios arqueológicos. Com 185 metros de altura, a maior barragem do mundo provocará, segundo as estimativas, cerca de 4 milhões de deslocados ao longo do processo de enchimento e de concretização de todo o projecto hidrológico. Como refere Allin (2004, p.29), *“Water from the Three Gorges Dam will inundate 4000 villages, 140 towns, 13 cities, and 1000000 acres of farmland, displacing people from not only their homes, but their jobs, culture, and way of life. Some of the villages and towns to be flooded are thousand of years old”*. Se bem que o governo chinês tenha em desenvolvimento projectos de realojamento das populações, o processo tem sido lento e nem sempre eficaz, o que virá a dificultar as dinâmicas de reterritorialização. Ainda segundo este autor, as dificuldades nos realojamentos incluem a água potável, a electricidade, alimentação, escolas, serviços médicos, transportes e comunicações, segurança

⁶ Esta realidade, pelo peso social e psicológico, tem sido abordado no campo de ficção, quer na literatura, quer no cinema. Recordam-se aqui as obras literárias de Lobato Faria (2000) e Robert Edric (2006) e o filme de John Boorman, *The Emerald Forest* (1985).

ambiental e alojamento – um conjunto de variáveis fundamentais para uma reterritorialização saudável e consequente. Segundo dados do Banco Mundial (1994), dos 10 milhões de deslocados por efeitos das barragens na China, 46% encontravam-se num estado de pobreza extrema.

Os efeitos, mais ou menos agudos e persistentes, dependem do grau de acompanhamento do Estado. Em Portugal, onde ocorreram episódios pontuais de desterritorializações por via da construção de barragens, o exemplo mais recente ocorreu com a edificação da Barragem de Alqueva. A Aldeia da Luz, submersa por este empreendimento, apresentava cerca de 370 habitantes à data da remoção do velho aglomerado e deslocação para a nova povoação, entretanto construída como forma de dotar estas populações com um espaço de reterritorialização (Figura 1).



Figura 1 – Imagens da antiga Aldeia da Luz, submersa em 2001: espaços sociais e funcionais, espaços simbólicos e de culto.

Contudo, para a reterritorialização o espaço, por si só, não é suficiente. A nova Aldeia da Luz, a cerca de 2 mil metros da aldeia original, começou por ser apenas um cenário vazio onde, progressivamente, se iriam construindo espaços de afectividade e simbolismo.

Como refere Jorge Salvador (2003, p.83), trata-se da lenta “*construção social de uma nova realidade*”, isto é, de um gradual e difícil processo de reterritorialização (Figura 2).



Figura 2 – Imagens da nova Aldeia da Luz (inaugurada em 2002), ainda despida de vida (em cima) e em processo de reterritorialização das populações locais, neste caso em termos simbólicos (os homens colocam a lenha para a fogueira da primeira noite de Natal que passarão nesta nova residência).

Nem sempre, em casos semelhantes, se preparou esta reterritorialização. Estes casos de desterritorialização constituem, com frequência, fonte de conflitos e movimentos sociais. Apenas um exemplo. A violação de direitos humanos, por via da perda de acesso a territórios funcionais, simbólicos e vividos e consequente desterritorialização de populações brasileiras devido à construção de barragens, deu origem a um movimento social, que teve o seu primeiro congresso em Março de 1991. Esta organização de protesto declara o 14 de Março como o Dia Nacional de Luta Contra as Barragens. Esse movimento alargou-se para além fronteiras e, em Março de 1997, em Curitiba, realiza-se o 1º Encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragens. Este encontro, no qual participaram representantes de 20 países de diferentes continentes, culminou com a assinatura da Declaração de Curitiba que unifica as lutas internacionais e institui o Dia 14 de Março como o Dia Internacional de Luta Contra as Barragens (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELAS BARRAGENS, 2007).

Em muitos casos, sobretudo em regiões de Desenvolvimento Humano médio mais baixo, as transformações nos espaços rurais, pelas barragens ou outros projectos, conduzem a uma urbanização repentina e pouco planeada, forçando a um difícil processo de reterritorialização agora em espaços urbanos pouco preparados para o efeito (Figura 3). No continente africano, em especial no Uganda, onde este

fenómeno de urbanização por falta de alternativa é muito comum, esses urbanos recém chegados são conhecidos pelo nome de *bayaye*. Ryszard Kapuscinski (2000, p.309) descreve assim este processo: “A guerra e a seca levam à desertificação das aldeias e empurraram os seus habitantes para as cidades. Este foi um processo que se arrastou durante anos, envolveu milhões, dezenas de milhões de pessoas. Em Angola e no Sudão, na Somália e no Chade, na verdade um pouco por toda a parte. Instalemo-nos na cidade! Era este o grito de esperança e salvação, mas também de desespero. É que, nas cidades, estas pessoas não tinham ninguém à sua espera, ninguém os tinha chamado. Tinham ido lá parar movidos pelo medo, mobilizando as últimas forças, à procura de abrigo, sobrevivência. (...) Não lhes serve de nada ir para a cidade e, depois de irem, já não podem voltar à aldeia. Não têm nada que possam cultivar, não têm gado, não podem produzir absolutamente nada. Não têm morada, nem dinheiro, nem documentos. Perderam as suas casas, muitos perderam também a família. Não têm ninguém a quem se dirigir para protestar, não têm ninguém de quem possam esperar o que quer que seja”.

Com efeito, trata-se de uma urbanização que resulta mais dos factores repulsivos nos locais de partida, no geral áreas rurais remotas, que dos factores de atracção exercidos pelas cidades em si.



Figura 3 – Imagens das difíceis condições de vida, fundamentais em qualquer processo de reterritorialização, num bairro espontâneo em Nairobi (Quénia).

A viagem, pelo tempo e pelo espaço, na busca de dinâmicas de desterritorialização, poderia ser longa, uma vez que os exemplos, mais ou menos contemporâneos, com maior ou menor protagonismo na História que ficou registada, se sucedem. Deixem-se aqui mais algumas referências particulares:

- A era das navegações ficou associada à figura do náufrago, desterritorializado *ex situ* numa ilha remota e isolada, palco depois de uma reterritorialização, nem sempre conseguida. A deportação de Alexander Selkirk, em 1704, e a sua sobrevivência durante 4 anos nas Ilhas Juan Fernández, a 400 milhas da costa do Chile, inspiraram Daniel Defoe na criação do náufrago Robinson Crusoe (SIMMONS, 2007).

- Quando o governo alemão invadiu a Polónia, em Outubro de 1939, transferiu e aprisionou, no exíguo espaço do antigo bairro judeu, os 400 mil judeus de Varsóvia. Em condições normais, esse bairro tinha a capacidade de abrigar apenas 60 mil pessoas. Um muro foi rapidamente levantado para isolar o bairro. Aos judeus de Varsóvia presos no gueto somaram-se rapidamente 100 mil outros, evacuados de lugares vizinhos. Local de fome, doenças e deportações posteriores para os campos de extermínio, após a libertação restaram apenas 70 mil prisioneiros. Para além da violação dos Direitos Humanos e da supressão de vidas, os guetos da II Guerra Mundial foram dos exemplos mais flagrantes de confinamento espacial violento.

- Em 1986, um acidente na central nuclear de Chernobyl provocou uma mudança ecológica radical. Os habitantes de Pripjat, uma cidade de 49 mil habitantes, perto de Chernobyl, foram quase de imediato evacuados. Esta deslocação, inevitável depois do aumento local da radioactividade, revelou-se definitiva. A repentina desterritorialização levou ao abandono de territórios afectivos e simbólicos, obrigando a um processo de reterritorialização, em Kiev e noutras cidades.

- Países que passaram por guerras civis recentes, como Angola, vivem agora o problema das minas anti-pessoais ainda existentes no terreno. Este vestígio da guerra limita a apropriação dos campos agrícolas, prejudicando o desenvolvimento rural e reforçando a tendência de urbanização forçada, sobretudo para Luanda, cidade na qual as dinâmicas de reterritorialização são ainda lentas e difíceis.

- Na África do Sul, durante o período do Apartheid, a separação racial na apropriação do espaço, entre brancos e negros, criou barreiras de circulação e limitação da apropriação funcional e simbólica do espaço. O Soweto, gueto negro em Joanesburgo e palco frequente de protestos contra o regime, constitui o exemplo de uma segregação espacial, com a desterritorialização e posterior reterritorialização da população negra a residir neste território.

- Os Beduínos, povo nómada do Próximo Oriente e 10% do total da sua população, têm sido progressivamente obrigados à adopção do sedentarismo. O desenvolvimento de um mosaico de países e a posterior elevação de fronteiras na região; a apropriação de espaços tradicionais de pastoreio e passagem dos beduínos para a construção de edificações militares, como tem ocorrido no Deserto de Neguev, e o incómodo dos Estados com a existência de povos nómadas no seu território, mais difíceis de controlar, estão entre as razões para esta desterritorialização.

Alguns dos espaços simbólicos da consciência colectiva da população mundial são lugares onde, por diversas razões, ocorreram processos de desterritorialização. Os campos de concentração, como Auschwitz, a Ilha de Goreia ou a Prisão de Alcatraz, fazem parte dessa rede de lugares que, de um modo ou de outro, marcaram a História da Humanidade e são hoje procurados pelo consumo turístico, numa área já adjectivada de Turismo Sombrio, ou Dark Tourism, no original (YUILL, 2003 e STONE, 2006).

Por outro lado, perante a associação entre a falta de controlo espacial e a desterritorialização, serão o planeamento e o ordenamento do território, enquanto agentes de supressão de liberdades e estabelecimento de uma 'ordem' na apropriação do espaço, factores de bloqueio a esse desenvolvimento? Esta questão é tendenciosa e não coloca o problema no registo certo. O planeamento territorial efectivo e consequente, enquanto gestor de conflitos, estabelece regras, orienta comportamentos mas deve oferecer alternativas. Por isso, não pode implicar desterritorialização sem uma imediata opção de reterritorialização.

O debate complica-se se, por exemplo, se alargar a reflexão para o domínio das prisões: será a desterritorialização de alguns uma condição para a segurança e o desenvolvimento de outros? A questão é pertinente mas tem uma forte componente

ideológica e política que não cabe aqui desenvolver. Na verdade, também as prisões são cada vez mais, pelo menos na matriz europeia, espaços de (re)socialização e, por isso, de reterritorialização.

Esta problemática da segurança atravessa o próprio planeamento urbano e a actual organização de muitas cidades e suas periferias, no mundo ocidental mas não só. Referimo-nos aos condomínios privados ou, de modo sugestivo, ao também chamados condomínios fechados. Este é o caso de uma limitação espacial voluntária, com a construção de uma territorialidade alternativa, mais restrita e protegida por barreiras com o exterior. Esse confinamento, ainda que deliberado, resulta de um sentimento de insegurança face ao contexto espacial, embora esteja também relacionado com algum elitismo que assim se projecta no território. Por isso, nem sempre as limitações espaciais correspondem a processos de desterritorialização. Em muitos casos, como neste, trata-se apenas de uma etapa de um mais longo processo de reconstrução de territorialidades alternativas, condicionadas pelo sentimento de medo mas também pela opção livre de afirmação social. Seja de que modo for, estamos perante uma fragmentação do espaço que nega o sentido mais puro de cidade, ao qual estão implícitas a abertura, as trocas e os contactos.

Conclusão

Os processos de desterritorialização confundem-se com os problemas de desenvolvimento. Os primeiros são mesmo uma das principais expressões territoriais dos segundos.

Os exemplos apresentados neste trabalho revelaram dinâmicas de desterritorialização com diferentes graus de intensidade. De comum, têm a supressão do controlo exercido sobre os respectivos territórios. Esta perda pode ocorrer no plano simbólico ou económico, em cada uma destas categorias individualmente ou, nos casos mais radicais, em ambos. Esta reflexão demonstra também a espacialidade dos problemas contemporâneos de natureza social e de insegurança que, para além de outras dimensões que aqui não se discutiram, apresentam uma evidente componente geográfica.

Com o binómio desterritorialização-reterritorialização, Rogério Haesbaert definiu um processo que condiciona a realidade social do mundo contemporâneo.

Contudo, a discussão destes conceitos dá também alcance histórico aos problemas contemporâneos, numa sequência temporal importante para se entender o mundo de hoje. Na actualidade ocorrem problemas novos mas, em muitos casos, assiste-se a uma reedição de velhas tensões e de práticas do passado.

Por outro lado, nestas análises é por vezes mais fácil o levantamento das consequências que a determinação precisa dos factores que desencadeiam estes processos de desterritorialização. Estes factores, com a excepção de casos flagrantes como a construção de barragens ou a degradação ambiental depois de um acidente nuclear, raramente são simples e unívocos, pelo que apenas estudos pormenorizados de cada caso poderão trazer maiores esclarecimentos.

No mundo contemporâneo, um dos parâmetros fundamentais das desigualdades está na forma como se reage e se evitam estes processos de desterritorialização mas também como respondem e se afirmam na necessária dinâmica de reterritorialização. Por uma razão ou outra, as populações, consoante os contextos, têm graus heterogéneos de vulnerabilidade e capacidade de resposta.

Este texto pretendeu associar as crises sociais de insegurança, mais ou menos agudas, mais permanentes ou mais fugazes, aos processos de desterritorialização. O desenvolvimento das populações será assim, por via do território, um processo dinâmico de mudança que contorna/evita desterritorializações ou, em determinados contextos, actua sobre elas, de forma individual ou colectiva, numa estratégia de reterritorialização que pretende também a redução, ao mínimo possível, dos aglomerados humanos de exclusão. De uma forma ou de outra, o bem-estar e a segurança, em sentido amplo, passam ainda pelo espaço geográfico e pelo modo como este se organiza e apropria.

Bibliografia

ALLIN, Samuel R. F. (2004); *An examination of China's Three Gorges Dam Project based on the framework presented in the report of The World Commission on Dams*; Virginia Polytechnic Institute and State University; Blacksburg.

APPLEBAUM, Anne (2005); *Gulag – Uma História*; Civilização Editora; Porto.

ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (2000); *A situação dos refugiados no mundo*; ONU; Genebra.

BADIE, Bernard (1995); *La fin des territoires*; Fayard; Paris.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. (1972); *Capitalisme et schizophrénie. L'anti-Oedipe*; Minuit; Paris.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. (1991); *Qu'est-ce que la Philosophie?*; Minuit; Paris.

EDRIC, Robert (2006); *O engenheiro inglês*; Col. Contemporânea, nº 138; `Publicações Europa-América; Mem Martins.

FARIA, Rosa Lobato de (2000); *O prenúncio das águas*; Círculo de Leitores; Lisboa.

FERRÃO, J. (2003); “Dinâmicas Territoriais e Trajectórias de Desenvolvimento, Portugal 1991-2001”, *Revista de Estudos Demográficos*; INE; Lisboa.

FRIEDMAN, Thomas L. (2000); *Compreender a globalização. O Lexus e a oliveira*; Quetzal Editores; Lisboa.

FRIEDMAN, Thomas L. (2005); *O mundo é plano. Uma História breve do século XXI*; Actual Editora; Lisboa.

FRIEDMANN, John (1997); *Empowerment. Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*; Celta Editora; Oeiras.

GIDDENS, Anthony (1991); *The consequences of modernity*; Stanford University Press; Palo Alto.

GUATTARI, F. e ROLNIK, S. (1996); *Micropolítica: cartografias do desejo*; Vozes; Petrópolis.

HAESBAERT, Rogério (2004); *O mito da desterritorialização*; Bertrand Brasil; Rio de Janeiro.

HALL, Alan; LEIDIG, Michael (2007); *Natascha Kampusch. A rapariga da cave*; Difel; Lisboa.

IANNI, O. (1992); *A sociedade global*; Civilização Brasileira; Rio de Janeiro.

JING, Jun (2007); *Displacement, resettlement, rehabilitation, reparation and development - China report*; World Commission on Dams;

KUNSTLER, James Howard (2006); *O fim do petróleo. O grande desafio do século XXI*; Bizâncio; Lisboa.

LESLIE, Jacques (2006); *Deep water: the epic struggle over dams, displaced people and the environment*; Farrar, Straus and Giroux; New York.

LYNN, M. (1997); *Yangtze river: the wildest, wickedest river on earth*; Oxford University Press; Hong Kong

MCCULLY, Patrick (1996); *Silenced Rivers. The ecology and politics of large dams*; Zed Books; London.

MEMORIAL ASSOCIATION (1998); *System of Corrective Labor Camps in the USSR*; Moscow.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELAS BARRAGENS (2007), in <http://www.mabnacional.org.br/historia.html> (consultado a 19 de Outubro).

O'BRIEN, Richard (1992); *Global financial integration: the end of Geography*; The Royal Institute of International Affairs; Pinter Publishers; London.

PNUD- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (1994); *Relatório do Desenvolvimento Humano 1994*; Tricontinental Editora; Lisboa.

REINO, João Pedro (2002), *Aldeia da Luz – Uma aldeia em ‘mudança’*, Dissertação de Mestrado em Sociologia; Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

RIBEIRO, Maria Eduarda (2007); *Caracterização e evolução da pobreza em Portugal*; Grupo de Trabalho ‘Trabalho, Economia e Sociedade’.

ROY, Arundhati (2001); *Pelo bem comum*; Edições Asa; Porto.

SALVADOR, Jorge (2003); “A Aldeia da Luz em busca de uma nova Jangada: construção social de uma nova realidade”, in José María Ballester, *Aldeia da Luz. A nova Luz. Memórias de um traslado*; Gabinete de Iniciativas Transfronteiras; Junta de Extremadura; Badajoz.

SEN, Amartya (2003); *O desenvolvimento como liberdade*; Trajectos, nº57; Gradiva; Lisboa.

SIMMONS, James C. (2007); *Nágrafos no paraíso*; Antígona; Lisboa.

SOLJENITSIN, Alexander (1975); *O Império Gulag*, vols 1 e 2; Livraria Bertrand; Lisboa.

STONE, Philip R. (2006); “A Dark Tourism spectrum: towards a typology of death and macabre related tourist sites, attractions and exhibitions; in *Tourism*, vol. 54, n.2;

TUAN, Yi-Fu (1980); *Topofilia*; Difel - Difusão Editorial, S.A.; São Paulo.

VIRILIO, Paul (1993); *A Inércia Polar*; Col. Ciência Nova, nº11; Publicações Dom Quixote; Lisboa.

VIRILIO, Paul (2000); *Cibermundo: a política do pior*; Teorema; Lisboa.

WET, Chris de (2007); *The experience with dams and resettlement in Africa*; World Commission on Dams;

WORLD BANK (1994); *China: Xiaolangdi Resettlement Project*; Report n° 12557; Washington, D. C.

YULL, Stephanie Marie (2003); *Dark Tourism: understanding visitor motivation at sites of death and disaster*; Master of Science Thesis; Texas A & M University.